

LIVRO DIDÁTICO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: INCOMPATIBILIDADE COM A FORMAÇÃO DOCENTE

Luciana da Silva Almeida (UENF)

almeida.92luciana@gmail.com

Rysian Lohse Monteiro (UENF)

rysian_lohse@hotmail.com

Eliana Crispim França Luquetti (UENF)

elinafff@gmail.com

RESUMO

Atualmente, o Livro didático é considerado instrumento pedagógico fundamental de apoio ao ensino. De acordo com Apple (1995) e Lajolo (1996) ao longo da história da educação e a partir do processo de implementação desse recurso, o professor tem se tornado um reprodutor dos conteúdos programáticos trazidos pelos livros. Em contrapartida, o PNLD foi criado pelo MEC no sentido de promover ações avaliativas para, então, adquirir e distribuir livros didáticos que estejam adequados às questões ideológicas e políticas, que privilegiam a uma determinada cultura em detrimento de outras. Considerado, portanto, elemento fundamental, atualmente também das classes de alfabetização, a escolha dos livros didáticos, de acordo com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC – influenciará diretamente na dinâmica pedagógica e na metodologia adotada pelo professor, bem como no desenvolvimento e formação dos alunos. Diante disso, a formação do professor deve proporcionar a esse futuro profissional momentos de reflexão sobre a importância desse material para o processo formativo dos alunos que o receberão para que este possa avaliar as propostas que chegam até as salas de aulas, fazendo uso consciente desse material. Nessa perspectiva, o objetivo principal desse trabalho consiste em avaliar de que forma o professor dos anos iniciais da educação básica, principalmente o professor alfabetizador, tem sido preparado para conceber o Livro Didático em sua prática pedagógica. Essa proposta se realizou em uma turma de 7º período da licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), situada em Campos dos Goytacazes-RJ.

Palavras-chave:

Formação Docente. Livro Didático. Alfabetização e Letramento.

1. Introdução

Pode-se dizer que no cenário educacional o livro didático é um importante instrumento de propagação da cultura escolar. Essa afirmação pode ser confirmada com base na história da educação nacional quando observamos que esse material pedagógico fez parte do processo de democratização do saber, na medida em que possibilitou a didatização de

diversos conhecimentos, colocando-os ao alcance de diferentes classes sociais.

No entanto, Emmel e Araújo (2012) mostram que a partir de 1980 diversos trabalhos sobre o livro didático começaram a ser produzidos com distintos enfoques e metodologias. Alguns estudos apontam para a perigosa relação de dependência que os docentes vêm criando em relação ao uso do LD no preparo e execução das aulas (LAJOLO, 1996).

Outros autores, por sua vez, demonstram em seus estudos que há por trás desse processo de 'democratização do saber' um mercado editorial que lucra com a comercialização de um determinado conhecimento (APPLE, 1995), que por sua vez é adquirido e distribuído por meio de ações políticas que privilegiam determinados conceitos, culturas e ideologias em detrimento de outras (BATISTA, 2001).

Apesar de o livro didático ter começado a fazer parte do processo de escolarização por volta de 1930, às políticas de implementação de um LD que servissem as classes de alfabetização e letramento são tardias. Somente em 2010 o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD passou a investir na confecção de materiais diferenciados para as classes de alfabetização, adotando livros de alfabetização linguística e alfabetização matemática, que passaram a ser utilizados no ano seguinte. E em 2013, essa implementação foi efetivada, com a plena distribuição desses materiais para todas as classes e alunos de turmas regulares de classes de alfabetização das escolas públicas brasileiras.

No que tange ao processo de alfabetização, é inegável entre os profissionais da educação que essa seja uma das fases de mais profunda importância na vida escolar. Paulo Freire (2001), grande mestre e educador sintetiza a importância desse processo ao definir a alfabetização como um elemento fundamental para o exercício da cidadania.

Aprender a ler e escrever significa tornar-se conhecedor de uma cultura, ao mesmo tempo em que se adquirem habilidades para contribuir na construção e manutenção da cultura.

Nesse contexto, o LD permite que os discentes em fase de alfabetização tenham acesso aos conhecimentos produzidos academicamente ao mesmo tempo em que se tornam parte do mundo letrado.

A partir da inserção do LD nas classes de Alfabetização esse material passou a ser considerado elemento fundamental, também, dessas classes, e, portanto, a escolha dos materiais didáticos, de acordo com o

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC influenciarão diretamente da dinâmica pedagógica e na metodologia adotada pelo professor bem como influenciarão no desenvolvimento e formação dos alunos.

É nessa perspectiva que Lajolo (1996) afirma ser imprescindível investir nos programas de formação de professores, para que esses profissionais tenham condições críticas e teóricas para ressignificar o papel do docente no contexto escolar e para que saibam fazer o uso adequado e consciente dos livros didáticos que chegam as escolas.

2. Formação do professor dos anos iniciais: orientações do MEC para o Curso de Licenciatura em Pedagogia

Antes de discutir a questão da formação do professor alfabetizador, necessário se faz que entendamos os processos pelos quais perpassam a formação do professor da educação básica que, a partir da LDBEN 9394/96 passou a ser realizada por meio do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Na contemporaneidade, consideramos a educação como fundamental e direito de todos. Além de ser direito de todo cidadão é através da educação que se pode exercitar a cidadania e, dessa forma, podemos considerar a atuação do profissional da educação como uma ação também política. E, por esse motivo, a formação docente está em constante debate.

Tais debates centram-se na discussão das habilidades e competências que esses profissionais devem desenvolver para um bom exercício do magistério. A investigação sobre a formação docente engloba desde o perfil profissional, os processos que permeiam essa formação e os saberes que devem tramitar nesse processo, entre outras questões. Quanto ao nível de formação, a LDBEN 9.394/96 estabeleceu que esta deva realizar-se preferencialmente em instituições de ensino superiores.

Nesse contexto, Souza (2007) descreve que a

Regulamentação da formação de professores no Brasil a partir da LDBEN de 1996, em 2001 e 2002 o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. (SOUZA, 2007. p. 61)

Nessa mesma linha e de acordo com Papi (2005), a criação do curso de Pedagogia se deu num momento histórico em que se começa a pensar na educação como importante ferramenta de promoção de desenvolvimento social e nacional e, nesse sentido, temos que o conceito da Pedagogia está diretamente ligada a formação social de um profissional preparado para elaborar e executar projetos formativos com vistas a transformação social.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia, nessa perspectiva, destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

A formação do Pedagogo - profissional que atua em vários setores da educação escolar e não-escolar, planejando e elaborando programas de ensino que atendam as diferentes etapas do desenvolvimento humano e também nas primeiras experiências da criança com a escola - a partir da Lei 9.131/95, parecer dado pelo Conselho Nacional de Educação, constantemente tem sido alvo de novas propostas e reformulações cujos objetivos pautam-se na busca por aperfeiçoamento da formação desse profissional.

De acordo com Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, o Curso de Licenciatura em Pedagogia, respeitando a autonomia e diversidade cultural de cada instituição, deve ser organizado basicamente em três núcleos de estudos:

I – **um núcleo de estudos básicos** que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, se operacionalizará por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas. (BRASIL, 2006, p. 3)

Para o primeiro núcleo de estudos é prevista uma formação básica que contemple a formação de conhecimentos gerais e fundamentais ao exercício do magistério como o estudo da didática e de teorias metodológicas de aprendizagem, que englobam os conhecimentos e especificidades de ensino e aprendizagem de disciplinas como Língua Portuguesa, Matemática, entre outras. Além disso, nesse núcleo também está concentrado o estudo de áreas afins, pertinentes ao campo pedagógico, pois contribuem para a compreensão das especificidades do desenvolvimento humano, social e histórico-cultural.

A partir da formação adquirida no primeiro núcleo, o estudante deverá estar apto para organização e elaboração de projetos educativos para espaços escolares e não escolares, considerando as necessidades educativas do público alvo, as características de aprendizagem singulares a cada etapa do desenvolvimento humano e pronto para avaliar as experiências de aprendizagem, para então, planejar novos trabalhos.

Já o segundo núcleo compreende o aprofundamento da formação da identidade profissional, bem como do papel do gestor educacional em diferentes contextos de aprendizagem e da organização e elaboração de materiais didáticos que sirvam aos processos educativos.

Sobre o uso e manuseio de livros e materiais didáticos, é importante ressaltar que a resolução prevê que o docente tenha autonomia no processo de escolha desses materiais e no uso adequado e pertinente nos processos de ensino que conduz.

II – um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos, voltado às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico da instituição, atendendo as diferentes demandas sociais. (BRASIL, 2006, p. 4)

Destaca-se também, nesse núcleo, a formação de um espaço para análise aprofundada e debate das teorias educacionais e de gestão utilizadas no decorrer da história da educação brasileira, a fim de oportunizar momentos de reflexão e autonomia para a elaboração de novos projetos que atendam significativamente as necessidades educativas sociais.

III – um núcleo de estudos integradores, que proporcionará enriquecimento curricular:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior. (BRASIL, 2006, p.4)

O terceiro núcleo permite ao discente atuar em diferentes campos de pesquisa, extensão e ensino universitário, além de possibilitar ao formando a troca de experiências através da participação de congressos e eventos acadêmicos que contribuam para discussões de temas pertinentes a formação docente.

Para Trindade (1998), essa formação deve permitir ao professor ter bases sólidas sobre

O fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, que permitam a apropriação de seu processo de trabalho, com

condições de exercer a análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional. (TRINDADE, 1998, p. 72)

Além disso, a autora ressalta a importância de o educador em formação ter oportunidades formativas reais que o conduza no exercício de reflexão sobre a importância de pesquisar e se capacitar para ter condições de articular teoria e prática.

Nessa perspectiva, a formação do professor da educação básica deve possibilitar ao profissional o reconhecimento e a criação de espaços de aprendizagem que considerem os aspectos sociais e culturais de cada comunidade, levando em conta as características de cada etapa do desenvolvimento humano para que a aprendizagem se dê de forma significativa, além de promover processos avaliativos para que haja melhoria no processo de ensino e aprendizagem relacionando sua atividade a prática social, a partir do entendimento da profissão do professor como uma ação política que pode possibilitar a superação de realidades de exclusão social e o reconhecimento do papel cidadão de cada indivíduo.

2.1. A formação do professor alfabetizador

Uma importante prerrogativa ao tratarmos de ensino de Língua Materna e formação de professores alfabetizadores é a de melhorar o desenvolvimento linguístico no contexto escolar, bem como ampliar o conhecimento nessa área, promovendo assim uma reflexão sobre os processos de alfabetização em nossas escolas.

Ao analisarmos algumas das ferramentas avaliativas utilizadas pelo governo federal para medir o nível de desenvolvimento da educação e da alfabetização no país, temos o que apresentamos na tabela a seguir:

Tabela 1: Índice de desenvolvimento da Educação (2017) e Alfabetização (2016) no Brasil:

Desenvolvimento da Alfabetização	
ANA ¹	IDEB
2016	2017
13%	5,8

Tabela 1 - Fonte: INEP

¹ Dos 2.160.601 alunos que realizaram a prova ANA em 2013, apenas 13% estão no 4º nível de leitura, de acordo com os dados do INEP disponíveis no site: <http://portal.inep.gov.br/documents>.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, é uma ferramenta criada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP que tem como finalidade mensurar o índice de desenvolvimento da educação básica brasileira. Essa é uma importante ferramenta criada para traçar metas de melhoria da educação com vistas a alcançar um índice de desenvolvimento educacional compatível com o que está garantido no capítulo III da Constituição Federal². Para o ano de 2017, esperou-se obter como média a nota 5,5, entretanto, como resultado alcançamos uma média pouco maior, o que mostra que temos avançando no objetivo de promover uma educação básica de qualidade.

Entretanto, ao observarmos a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA é possível notar que esse avanço não tem acontecido de forma plena. A ANA foi criada com objetivo de averiguar se as metas traçadas pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC tem sido alcançadas. A avaliação é aplicada aos alunos matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental I, final do ciclo de Alfabetização. Sua principal meta, firmada pelo INEP, é de apontar indicativos sobre o processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras, analisando o desempenho dos alunos e, apontando possíveis estratégias para solucionar as lacunas ainda existentes. O resultado da última avaliação realizada mostra que, no que tange ao desenvolvimento dos processos de alfabetização, temos muito ainda a avançar.

Com os dados das avaliações acima citados, percebemos que as metodologias de ensino de língua e leitura são postas em xeque. De acordo com Luquetti, Castelano e Crisóstomo (2013), “o saldo na escola é de um ensino de português que não consegue alfabetizar convenientemente o aluno e não o prepara na tarefa da escrita e da leitura.” (p. 111). Essa realidade nos leva a questionar sobre a forma como a escola vem conduzindo o processo de letramento, mas, além disso, de como tem sido realizada a formação do professor alfabetizador.

² CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção que pactua a educação como direito de todos.

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO

Seção I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na tentativa de amenizar essa dura realidade de fracasso escolar, e fracasso em alfabetizar nas nossas escolas públicas, em 2012 foi criado o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. Encarado como um desafio, o Pacto se propõe a implementar estratégias para que todas as crianças, ao final do terceiro ano do ensino fundamental, aos 8 anos, possam estar alfabetizadas plenamente, para isso, através do Ministério da Educação e Cultura - MEC é oferecido um curso de capacitação para os professores atuantes em classes de alfabetização. Além da formação, o MEC também disponibiliza para os professores *materiais e livros didáticos* que possam auxiliar os professores nesse processo.

Sobre a questão da formação do professor alfabetizador, autores como Bortoloni-Ricardo (2006), Soares (2014) e Possenti (2014) discutem e chamam a atenção para as práticas quem têm sido realizadas no curso de Licenciatura em Pedagogia. Como exposto no tópico anterior, a curso tem como finalidade preparar o docente para atuação nos primeiros anos da educação básica. Um dos maiores desafios encontrados nessa modalidade é o ensino da língua materna. Para Possenti (2014), os cursos destinam pouco espaço para discussões de matérias da linguística e da sociolinguística que são fundamentais para a formação do professor alfabetizador. Já Soares (2014) defende que deveria haver um curso específico para a formação inicial dos docentes que desejam atuar nas classes de alfabetização.

Nessa mesma perspectiva, Bortoni-Ricardo (2006) discute sobre uma contradição existente no Brasil, no que tange aos cursos de Licenciatura em Letras e Pedagogia no que se refere ao processo de docência nas classes de alfabetização. Para a autora,

[...] no Brasil, convivemos com um paradoxo: os cursos de letras, onde os alunos têm oportunidade de se familiarizar com o sistema fonológico do português, não costumam dedicar-se à formação de alfabetizadores; seus currículos são voltados para o ensino da língua no ciclo final do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Por sua vez, o curso de Pedagogia e o Curso Normal Superior, embora assumam a responsabilidade da formação dos alfabetizadores, não incluem em seus currículos disciplinas de Linguística Descritiva que possam fornecer aos futuros alfabetizadores subsídios que lhes permitam desenvolver uma consciência linguística, ou, mais propriamente, uma consciência fonológica. (BORTOLONI-RICARDO, 2006, p. 207 e 208)

Nessa perspectiva a autora ressalta que para que o processo de alfabetização torne-se mais eficiente é fundamental que o professor alfabetizador tenha conhecimento dos processos científicos que envolvem a alfabetização. Compartilhando desse mesmo ponto de vista, Cagliari

(2009) aponta que os atos de ler e escrever são ações linguísticas e que, portanto, o professor que conduz esse processo deve compreender cada detalhe que compõe as etapas da alfabetização e os porquês de cada procedimento e metodologias empregadas.

3. Livro didático de alfabetização

Os primeiros materiais didáticos utilizados pelos discentes de classes de alfabetização foram às cartilhas que, muitas vezes eram elaboradas pelos próprios professores. Nesses materiais predominava o método alfabético, cuja finalidade principal estava em reconhecer e decorar os nomes das letras e, além disso, constituíam-se de atividades de repetição e soletração.

Alguns desses materiais, porém, eram importados de Portugal, pois não existiam indústrias de produção de cartilhas aqui no país (Mortatti, 2006).

De acordo com Mortatti (2000), as cartilhas tão utilizadas e bem vistas durante anos, em 1980, aproximadamente, passa a ser duramente criticadas com o advento do construtivismo, que por sua vez preconiza que o foco da atividade docente deve estar no processo de ensino e aprendizagem e não nos métodos tradicionais e mecânicos enfatizados nas cartilhas.

Nessa perspectiva, por volta de 1970, com estudos produzidos por Ferreiro e Teberosky (1985), apontavam que os métodos empregados nas cartilhas não surtiam efeitos positivos no que tange a um ensino que preconiza a construção de significados. As cartilhas então passam a ser fortemente criticadas. Surge, através disso, a necessidade de investir em materiais que, de fato, contribuam para uma educação de qualidade e uma alfabetização plena.

Nessa perspectiva, é que se constitui a trajetória dos LDs de alfabetização. De acordo com o portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, após muitas mudanças nos órgãos de controle e implementação das políticas de aquisição e distribuição de obras e materiais didáticos para as escolas de educação básica e fundamental do país, em 1997 a responsabilidade em gerir integralmente o Programa Nacional do Livro Didático passa definitivamente para o FNDE.

A partir disso, pela primeira vez os materiais didáticos são postos em pauta e, o FNDE estabelece uma política de ampliação gradativa para a aquisição e distribuição de materiais didáticos que passarão a atender as classes de alfabetização, bem como as series seguintes de todo o ensino fundamental.

Entretanto e apesar disso, muito tempo levou para que de fato os materiais didáticos de alfabetização e letramento entrassem no ambiente escolar. De acordo com o portal do PNDE, a confecção e distribuição dessas obras datam de 2010. O recente programa de distribuição de obras para as classes de alfabetização produziu livros de Alfabetização Linguística e Alfabetização Matemática, que começaram a ser utilizados pela primeira vez em 2011.

Apesar das fortes criticas as atividades repetitivas e mecanicistas contidas nas antigas cartilhas, Mortatti (2000) nos convida a uma análise das novas obras que compõem as atuais classes de alfabetização, cuidando para que as novas propostas presentes nesses materiais não sejam atividades de cartilhas disfarçadas de propostas inovadoras.

4. Relação entre formação do professor alfabetizador e Livro Didático

Melhorar o desenvolvimento linguístico no contexto escolar, bem como ampliar o conhecimento nessa área, promovendo assim uma reflexão acerca dos problemas relacionados ao uso da linguagem, a fim de que os educadores possam trabalhar de forma contextualizada com a realidade dos alunos e da escola. Esta tem sido uma importante prerrogativa ao tratarmos de ensino de Língua Materna e formação de professores dos anos iniciais.

Nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido possuiu como principal objetivo investigar como tem sido feita a preparação do professor da educação básica no que tange sua futura atuação valendo-se do livro didático como material pedagógico que pode subsidiar seu desempenho docente.

O trabalho foi realizado no ano de 2018 com uma turma de 7º período do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, situada no Município de Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro.

A turma de sétimo período, composta por 8 alunos, foi escolhida por que, de acordo com a grade curricular do curso em questão, ao final do deste semestre os graduandos já teriam passado por todas as disciplinas de didática e metodologias do ensino, estando, porém, aptos a atuarem em todas as esferas da educação básica que sejam de competência do pedagogo, fazem uso adequado de todas as ferramentas pedagógicas que possam colaborar com a manutenção do ensino.

Para a realização da análise proposta nos valem os questionários como ferramenta de coleta de dados. Dos 8 alunos, apenas 6 responderam ao questionário. Nossa ferramenta continha 15 questões e estava dividida em 4 blocos.

O primeiro bloco, objetiva caracterizar o nosso público que é heterogêneo, com alunos com idade entre 22 a 54 anos, mais da metade da turma é oriunda de escola pública e todos já atuam ou atuaram como docentes.

No segundo bloco, buscamos compreender as motivações que levaram a escolha do curso de Licenciatura em Pedagogia da UENF e, como a maioria já tem experiência na área, as respostas mostraram que a busca pelo curso deu-se na perspectiva da formação continuada, pois, a maioria desta turma possui a Formação de Professores, na modalidade Normal à Nível Médio.

Aluno 1 – “Realização de um sonho complementar minha formação (Normal Médio)”.

Aluno 2 – “Para entender melhor como funciona as fases da criança, e fui gostando da graduação e espero seguir nesse caminho de crescimento na área pedagógica”.

Nessa perspectiva, continuamos nosso questionário buscando compreender de que forma o curso tem preparado os alunos para a futura atuação docente.

• Considera que o conhecimento adquirido em sua formação no curso de Licenciatura em Pedagogia será suficiente para o desenvolvimento da atividade do magistério?

Com exceção de 1 aluno que respondeu positivamente, a grande maioria acredita que o curso deveria investir mais em atividades práticas que possam contribuir para uma formação não tão teórica:

Aluno 4 – “Acredito que aprender, a gente aprende na prática e o curso dá sim um bom suporte, porém, acho que precisamos de mais prática aqui”.

No que tange a formação para a utilização, avaliação e adequação de livros e materiais didáticos, observamos as seguintes respostas:

• ***Para você, qual a importância dos Livros e Materiais Didáticos para o desenvolvimento das aulas e para a aprendizagem dos alunos?***

Aluno 4 – “Acho importante, são fundamentais para auxiliar no processo de ensino aprendizagem se usados da maneira correta”.

Aluno 6 – “Um livro que condiz com a realidade da criança é ótimo, agora livros que fogem completamente da realidade do aluno, aí não dá!”.

As respostas das alunas sinalizam para certa consciência de que o livro didático se constitui como material pedagógico escolar importante para o processo de ensino. Entretanto, as falas se mostram muito superficiais ao descrever essa importância.

Nessa perspectiva, outra questão levantando foi sobre a relevância de oportunizar, durante a formação desses futuros profissionais, momentos de reflexão sobre os processos de escolha, avaliação, elaboração e as políticas que envolvem o livro didático.

• **Considera que seja importante uma disciplina que aborde: Avaliação, Escolha e Elaboração de Livros e Materiais Didáticos?**

Aluno 5 – “Ajudaria o futuro(a) pedagogo(a) a compreender a importância da escolha do livro didático, ou da sua participação como recurso dentro da sala de aula afim de facilitar a compreensão da material, levar questionamentos sobre a importância deste recurso ainda hoje dentro das unidades escolares já que vivemos em um mundo tecnológico, a importância da sua utilização”.

Aluno 4 – “Não consigo Imaginar um pedagogo que não consiga escolher ou auxiliar na escolha desses materiais de maneira crítica e coerente”.

As falas dos futuros pedagogos mostram que, apesar de não ter um argumento mais crítico sobre a importância desse material no contexto escolar, consideram que uma formação mais sólida a respeito seja imprescindível para que possam, futuramente, lançar mão desse material de forma consciente e crítica.

Durante a trajetória da educação os professores foram os principais autores e criadores de recursos didáticos. Fiscarelli (2008) ressalta que as discussões sobre a importância dos materiais didáticos no âmbito escolar não são recentes. A autora enfatiza que da década de 1990 até os dias atuais há uma crescente preocupação em ocupar os espaços escolares

com equipamentos que possam favorecer significativamente os processos de ensino e aprendizagem.

Entretanto, como apontado por Romanelli (2016) com a ampliação da distribuição de livros didáticos e a consolidação desse material como instrumento de grande relevância nos processos de ensino, o docente, aos poucos vai perdendo seu papel de autor principal no processo de planejador pedagógico e, o livro passa a ser visto como um roteiro a ser seguido. Isso se dá, em parte, através da tentativa de unificar e padronizar os processos de ensino no país.

5. Conclusão

O Livro Didático se constitui como um material escolar pedagógico, cuja finalidade está em complementar o trabalho do professor e, ao mesmo tempo, auxiliar os discente na compreensão dos conteúdos. Seguindo essa linha, livro didático de alfabetização e letramento é um material pedagógico que deve contribuir com o trabalho do professor alfabetizador ao passo que oferece condições para que o discente continue ampliando e aprimorando o conhecimento sobre os usos da linguagem.

Nessa perspectiva, são várias as discussões que depreendemos a partir deste trabalho. A principal delas diz respeito à questão do livro didático de alfabetização e letramento que, apesar de se constituir como um material de grande valia nas classes brasileiras, pouco tem se discutido na formação docente sobre sua qualidade, os conceitos que trazem, bem como sua real eficácia enquanto material pedagógico que tem a função de auxiliar no processo de ensino e aprendizagem.

Diante dos fatos relatados, podemos ainda constatar que os futuros docentes sentem-se inseguros quanto a sua formação quando tiverem que exercer as funções que demandam da profissão escolhida e que, no que tange a utilização dos materiais, principalmente do livro didático, existe a necessidade de ampliação das discussões dessa matéria na formação docente.

Nesse sentido, o livro didático de alfabetização e letramento - por ser instrumento de propagação da cultura escolar, e material destinado ao desenvolvimento das habilidades letradas que deverão proporcionar o exercício da cidadania – precisa ser analisado mais a fundo, a fim de que sejam compreendidas quais são suas reais contribuições no alcance de

uma alfabetização plena, bem como qual o papel desses materiais nos baixos índices de desenvolvimento da alfabetização brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, M.W. Cultura e comércio do livro didático. In: *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 81-105

BATISTA, A. A. G. *Recomendações para uma política pública de livros didáticos*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

BORTOLONI-RICARDO, S. M. Métodos de Alfabetização e consciência fonológica: o tratamento das regras de variação e mudança. In: *S-CRIPTA*, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 201-220, 1º sem. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: Português. Brasília, 1997.

_____. *Guia de livros didáticos PNLD 2016: Alfabetização e Letramento e Língua Portuguesa: ensino fundamental anos iniciais*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2015.

_____. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Histórico do Livro Didático. Disponível em: <www.fnde.gov.br> Acesso em: 15/ 12/ 2016.

EMMEL, R.; ARAÚJO, M. C. P. de. A pesquisa sobre o livro didático no Brasil: contexto, caracterização e referenciais de análise no período 1999-2010. In: *IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*, 2012.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, P. *Política e Educação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época; v. 23)

Freitas, Olga. *Equipamentos e materiais didáticos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

FISCARELLI, R. B. de O. *Material didático: discursos e saberes*. Junqueira & Marin: Araraquara-SP, 2008.

LAJOLO, M. *Livro didático: um (quase) manual de usuário*. Em Aberto, Brasília, n. 69, v. 16, jan./mar. 1996. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br:81/folio.cgi/aberto69>> Acesso em: 09/12/2016.

LUQUETTI, E. C. F.; CASTELANO, K. L.; CRISÓSTOMO, M. T. A educação linguística na formação do professor: uma reflexão necessária. In: MOURA, S. A.; NASCIMENTO, G. (Org.). *Formação de professores: histórias, experiências e proposições*. Campos dos Goytacazes-RJ: Essentia, 2013.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo - 1876/1994. São Paulo: UNESP; Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000.

_____. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: *Seminário Alfabetização e Letramento em Debate*. Disponível em www.mec.gov.br, maio de 2006.

PAPI, S. de O. G. *Professores: formação e profissionalização*. 1. ed. Araraquara-SP: Junqueira & Martins, 2005.

POSSENTI, S. Ensino da Língua. In: *Presença Pedagógica*. Belo Horizonte, 2014. V. 20, n. 120, p. 5-11

ROMANATTO, Mauro Carlos. *O Livro Didático: alcances e limites*. Disponível em http://www.sbempaulista.org.br/epem/anais/mesas_redondas/mr19-Mauro.doc. Acesso em: 15/12/2016.

SOARES, Magda. *Linguagem e Escola: Uma perspectiva social*. 7. ed. São Paulo: Ática 1989.

_____. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. SOARES, M. Por uma alfabetização até os oito anos de idade. In: *De olho nas Metas 2010 – Meta 2*. 2010. p.35-38. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/dados-5-metas>>. Acesso em: 22/07/2014.

TRINDADE, M. F. B. da. A nova legislação educacional e a formação e a formação dos profissionais da educação: perspectivas para o curso de pedagogia. In: SILVA, W. C. da. (Org.). *Formação dos novos profissio-*

nais da educação: o novo contexto legal e os labirintos do real. Niterói:
EdUFF, 1998.